

COOPERACS - SP

*Demonstrações Contábeis
Referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2010 e de 2009 e
Relatório de Auditoria*

Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - Cnac

São Paulo, 11 de Março de 2011

CA 02 - 120/11 - Cnac

Ao Conselho de Administração, Administração e Cooperados da
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar
do Estado de São Paulo – COOPERACS – SP.
São Paulo – SP

Prezados Senhores:

Como resultado de nossos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, seguem o parecer de auditoria com as respectivas demonstrações contábeis auditadas e notas explicativas.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Renata SouzaVELOZO
CRC 1SP223688/O-2
CNAI 1783

SUMÁRIO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, Administração e Cooperados da
A Cooperativa de Crédito Mutuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar
do Estado de São Paulo – COOPERACS – SP.
São Paulo - SP

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mutuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS - SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da A Cooperativa de Crédito Mutuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS - SP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COOPERACS - SP para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COOPERACS - SP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS - SP em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 11 de Março de 2011



Renata Souza Velozo
CRC 1SP223688/O-2-S
CNAI 1783

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS – SP.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em reais – R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	2010	2009
Circulante		1.814.379	2.273.711
Disponibilidades		32.176	17.828
Relações Interfinanceiras	4	221.570	440.135
Operações de Crédito	5	1.346.441	1.664.267
Outros Créditos	6	213.527	151.481
Outros Valores e Bens		665	-
Não Circulante		1.402.483	519.856
Realizável à Longo Prazo		1.027.211	301.839
Operações de Crédito	5	1.027.211	301.839
Permanente		375.272	218.017
Investimentos	7	67.806	44.137
Imobilizado de Uso	8	151.093	173.880
Intangível	9	156.373	-
TOTAL DO ATIVO		3.216.862	2.793.567

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS – SP.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em reais – R\$)

PASSIVO	Nota Explicativa	2010	2009
Circulante		1.033.160	948.493
Depósitos	10	544.675	813.799
Depósito a Prazo		544.675	813.799
			-
Obrigações por Empréstimo e Repasses	11	267.625	-
Outras Obrigações		220.860	134.694
Cobrança e Arrec. Tributos e Assemelhados		164	318
Sociais e Estatutárias	12	61.635	50.060
Fiscais e Previdenciárias	13	297	166
Diversas	14	158.764	84.150
Patrimônio Líquido		2.183.702	1.845.074
Capital Social	16	2.481.331	1.794.442
Reserva Legal		12.618	12.618
Sobras ou Perdas Acumuladas		(310.247)	38.014
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.216.862	2.793.567

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS – SP.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Valores expressos em reais – R\$)

	2010	2009
Ingressos da Intermediação Financeira	1.379.577	852.196
Operações de Crédito	1.379.577	852.196
Dispêndios da Intermediação Financeira	(402.219)	(245.534)
Operações de Captação no Mercado	(112.195)	(123.442)
Provisão para Operações de Créditos	(290.024)	(122.092)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	977.358	606.662
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais	(1.287.605)	(561.940)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	60	17.995
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(408.719)	(240.894)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.000.344)	(526.670)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(4.831)	(2.050)
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	133.153	210.379
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(6.924)	(20.700)
Resultado Operacional	(310.247)	44.722
Resultado Não Operacional	3.759	1.225
Sobras/Perdas Líquidas do Exercício	(306.488)	45.947
Participações Estatutárias nas Sobras	(3.759)	(7.933)
Reserva Legal	-	(4.472)
F.A.T.E.S.	-	(2.236)
F.A.T.E.S. Ato Não Cooperativo	(3.759)	(1.225)
Sobras/Perdas à Disposição da A.G.O.	(310.247)	38.014

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS – SP.
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 E DE 2009

(Valores expressos em reais – R\$)

Eventos	Capital Subscrito	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.198.261	8.146	44.118	1.250.525
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	974.768	-	-	974.768
Por Devolução (-)	(378.587)	-	-	(378.587)
Perdas - Líquidas do Exercício	-	-	2.627	2.627
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	(46.745)	(46.745)
Sobras Líquidas:	-	-	45.947	45.947
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. Fundo de Reserva	-	4.472	(4.472)	-
. F A T E S	-	-	(2.236)	(2.236)
. F A T E S Atos Não Cooperativos	-	-	(1.225)	(1.225)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.794.442	12.618	38.014	1.845.074
Movimentações de Capital:				
Por Subscrição/Realização	1.446.765	-	-	1.446.765
Por Devolução (-)	(759.876)	-	-	(759.876)
Reversão de Reservas	-	-	(38.014)	(38.014)
Perdas Líquidas do Exercício	-	-	(306.488)	(306.488)
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. F A T E S - Ato Não Cooperativo	-	-	(3.759)	(3.759)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.481.331	12.618	(310.247)	2.183.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS - SP é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10 de maio de 2003, filiada à Cooperativa Central Sicoob Cecresp e componente do

A COOPERACS - SP possui Sede e Postos de Atendimento Cooperativo - (PAC) nas seguintes localidades: São Paulo/SP (Sede e PAC), Santos/SP e Sorocaba/SP.

A COOPERACS - SP tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, a Lei Complementar 130/2009, normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades e Relações Interfinanceiras

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de face, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução 2.682 do BACEN, que determina a classificação das operações por nível de risco.

c) Outros créditos

Valores de outros créditos que se referem à importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado de Uso e Intangível

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição.

As depreciações e amortizações são calculadas e computadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil econômica dos bens e projetos, reconhecidos no resultado do período.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

O “impairment” deverá ser reconhecido se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Essa avaliação é revista anualmente a fim de verificar eventuais indicativos de perda por “impairment”.

Na avaliação da Administração, no período corrente não existem indicativos para reconhecimento de perda por “impairment”.

g) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

h) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

i) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

j) Apuração do Resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

O ingresso de operações com títulos e valores mobiliários é reconhecido em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que esse ingresso será apropriado à Cooperativa.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

4. Relações Interfinanceiras

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira da Sicoob Central Cecresp, aplicados no mercado financeiro através de fundos exclusivos com liquidez diária, lastreados em papéis de emissão do Tesouro Nacional e títulos privados, com remuneração atrelada ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário, conforme determinado no artigo 37º da Resolução CMN nº 3.859.

Descrição	2010	2009
Centralização Financeira	221.569	440.134
Total	221.569	440.134

5. Operações de Crédito

a) Composição da Carteira por tipo de operação, e classificação por nível de risco em conformidade ao artigo 11 da Resolução CMN 2.682/99 e artigo 3º. da Resolução CMN 2.697/00:

I – Distribuição por faixa de vencimento e nível de risco (normal e vencido):

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emprést. / Tít. Desc. * Total em 31/12/2010	Provisões 31/12/2010	Emprést. / Tít. Desc. * Total em 31/12/2009	Provisões 31/12/2009
A	0,5%	Normal	875.091	(4.375)	1.117.799	(5.589)
B	1%	Normal	478.177	(4.786)	206.664	(2.067)
B	1%	Vencidas	489	(4)	-	-
C	3%	Normal	214.559	(6.436)	198.789	(5.963)
C	3%	Vencidas	218.573	(6.557)	7.294	(218)
D	10%	Normal	142.704	(14.270)	175.174	(17.517)
D	10%	Vencidas	115.165	(11.521)	11.172	(1.117)
E	30%	Normal	71.183	(21.355)	220.837	(66.251)
E	30%	Vencidas	224.211	(67.263)	12.945	(3.883)
F	50%	Normal	80.211	(40.105)	171.569	(85.784)
F	50%	Vencidas	166.389	(83.194)	16.289	(8.144)
G	70%	Normal	43.523	(30.466)	75.379	(52.765)
G	70%	Vencidas	112.363	(78.654)	4.992	(3.495)
H	100%	Normal	92.127	(92.127)	125.391	(125.390)
H	100%	Vencidas	165.259	(165.259)	52.737	(52.736)
Total Normal			1.997.575	(213.920)	2.291.602	(361.329)
Total Vencido			1.002.449	(412.452)	105.429	(69.596)
Total Geral			3.000.024	(626.372)	2.397.031	(430.925)
Provisões			(626.372)		(430.925)	
Total Líquido			2.373.652		1.966.106	

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS – SP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em reais – R\$)

II - Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas e vencidas (dias):

Descrição	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	196.162	152.567	18.995	1.415.371	817.382	399.547	3.000.024
Total	196.162	152.567	18.995	1.415.371	817.382	399.547	3.000.024

b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	2010	2009
Saldo Inicial – Janeiro de 2010/2009	(430.925)	(337.920)
Constituições/Reversões no Exercício	924.726	278.063
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	(1.120.173)	(371.068)
Total	(626.372)	(430.925)

c) Concentração dos Principais Devedores

Descrição	2010	% Carteira Total	2009	% Carteira Total
Maior Devedor	25.070	0,83	31.311	1,31
10 Maiores Devedores	121.180	4.01	119.378	4,98
50 Maiores Devedores	310.986	10,31	277.988	11,60

d) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados

Descrição	2010	2009
Saldo Inicial – Janeiro de 2010/2009	85.148	38.639
Valor das Operações Baixadas no período	118.639	60.805
Valor das operações renegociadas no período	(23.777)	(3.687)
Valor das operações recuperadas no período	(1.125)	(10.610)
Total	178.885	85.148

6. Outros Créditos

a) Outros Créditos - Circulante

Valores referentes as importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	2010	2009
Capitalização Mensal dos Cooperados	91.497	71.519
Empresas Conveniadas – Convênios Cooperados	122.030	77.393
Juros ao Capital pago pela Central	-	2.184
IR a Recuperar	-	385
Total	213.527	151.481

7. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição das sobras efetuadas pelo Sicoob Central Cecresp, conforme demonstrado:

Descrição	2010	2009
SICOOB CENTRAL CECRESP	67.806	46.598
Total	67.806	46.598

8. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	2010	2009
Móveis e Equipamentos	10%	64.849	58.337
Sistema de Processamento de Dados	20%	153.931	150.891
Sistema de Comunicação	10%	4.381	4.381
Sistemas de Transportes	10%	33.990	36.100
Sistemas de Alarmes	10%	802	802
Instalações	10%	9.000	9.000
TOTAL		266.953	259.512
Depreciação Acumulada		(115.860)	(85.632)
TOTAL		151.093	173.880

9. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares:

Descrição	Taxa de Amortização	2010	2009
Outros Ativos Intangíveis	20%	183.608	-
TOTAL		183.608	-
Amortização Acumulada		(27.235)	-
TOTAL		156.373	-

10. Depósitos

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	2010	% Carteira Total	2009	% Carteira Total
Maior Depositante	153.151	26	413.526	51,0
10 Maiores Depositantes	522.160	94	810.499	99,6
50 Maiores Depositantes	545.675	100	-	-

A Diretoria Executiva optou pelo não uso do Fundo Garantidor de Depósitos (FGS), o qual é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas filiadas ao SICOOB CENTRAL CECRESP.

11. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados.

Instituições	Taxa	31/12/2010	31/12/2009
SICOOB CENTRAL CECRESP	CDI	267.625	-
Total		267.625	-

12. Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias

Descrição	2010	2009
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	56.125	46.598
Cotas de Capital a Pagar	5.510	-
Total	61.635	46.598

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Praças e Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo – COOPERACS – SP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em reais – R\$)

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 10% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

13. Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias

Descrição	2010	2009
Impostos e Contribuições a Recolher	297	166
Total	297	166

14. Outras Obrigações - Diversas

Descrição	2010	2009
Provisão para Pagamento a Efetuar com Pessoal	41.735	28.219
Credores Diversos (*)	117.029	55.931
Total	158.764	84.150

(*) Refere-se a: convênios diversos a pagar e outros créditos.

15. Capital Social

O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 20 de Março de 2010, os delegados deliberaram que as sobras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, no valor de R\$ 38.014, será destinada 100% ao FATES.

16. Perdas Acumuladas

A cooperativa possui perdas acumuladas no valor de R\$ 310.247 e, conforme estabelece a Carta-Circular 3.300 (BACEN) de 27/02/2008, apresentamos a composição, a forma e o prazo de realização das parcelas relativas ao rateio destas perdas:

Composição	Valor	Forma e prazo de realização das perdas	Prazo
		Forma	
Perdas do exercício de 2010	310.247	As perdas serão levadas para Assembléia Geral de 2011, que destinará o seu valor com sua formula de cálculo em conformidade com a Lei Complementar 130.	26/03/2011

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas, que ocupam cargos eletivos (Diretores, Conselheiros) e Executivos contratados, que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade, e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações (conta-corrente, depósitos remunerados e operações de crédito), realizadas com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do BACEN e políticas da própria Cooperativa.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas em 31 de dezembro de 2010:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total	% Taxa Média
R\$ 1.848	0,06	1,50
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total	%Taxa Média
R\$ 39.869	7	110 CDI

18. Garantias

Em 31 de dezembro de 2010, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 267.625, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

19. Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2010, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

20. Contingências Passivas

Conforme assessores jurídicos da Cooperatvia, não há processos judiciais em que figura a Cooperacs como pólo passivo.

São Paulo, 11 de Março de 2011.

José Luiz de Lira	José Andrelino dos Santos
Diretor Presidente	Diretor Operacional

Antonio Carlos do A. Duca	Aparecido Wilson B. de Sousa
Diretor Administrativo	Contador CRC: 1SP212840/O-1